



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

**Provimento nº 17/2009 - CGJ**

**Disciplina o procedimento de  
numeração dos inquéritos policiais e  
ações penais no 1º Grau de Jurisdição.**

**O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 32, da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão) pelo art. 30, XLVI, "a" e "e", do Regimento Interno do Tribunal de Justiça,

**CONSIDERANDO** a necessidade de disciplinar a forma de numeração dos autos de inquéritos policiais e ações penais de maneira a aproveitar a numeração existente;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se extinguir o trabalho de renumeração de autos, para melhor aproveitar os recursos humanos em atividades que garantam maior celeridade e efetividade ao processo judicial, e;

**CONSIDERANDO** que a correta e eficaz numeração de autos é fundamental para melhor visualização e bom manuseio por todos os seus agentes;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** A numeração do inquérito policial e da ação penal originada pelo recebimento da denúncia no 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Maranhão seguirá as normas estabelecidas neste Provimento.

**Art. 2º** Os inquéritos policiais não terão suas folhas renumeradas quando de sua autuação no juízo competente, devendo ser simplesmente seguida a iniciada pela Delegacia.

**Art. 3º** Os inquéritos policiais transformados em ação penal, mediante recebimento de denúncia, também não serão renumerados, seguindo as regras abaixo:



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

I - a capa ou folha de autuação/identificação do processo, onde consta seu número, nome das partes e demais dados da ação penal não será contabilizada como folha;

II - a denúncia anexada na frente do inquérito policial terá sua primeira folha numerada com o dígito "0" (zero), seguido de uma barra ( / ) e da numeração seqüencial correspondente a cada folha da referida peça (0/1, 0/2 etc.);

III - a capa de autuação do inquérito policial será identificada como folha de número "1" (um).

IV - o número de cada folha dos autos será consignado no canto superior direito.

**Art. 4º** Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e encaminhe-se por e-mail cópia a todos(as) os(as) Senhores(as) Juízes(as) de Direito do Estado e Secretários(as) Judiciais.

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO,  
em São Luís(MA), aos 12 dias do mês de junho de 2009.

Desembargador **JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO**  
Corregedor-Geral de Justiça